

# DOSSIÊ: REFUNDAR O PENSAMENTO URBANO-REGIONAL LATINO-AMERICANO: ENTRE VARIEGAÇÃO, NEGAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

## HENRI LEFEBVRE E O TERCEIRO ESPAÇO: POR UMA OUTRA LEITURA CRÍTICA DA URBANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA

Carolina Akemi Morita Nakahara\*

Mariana Wilderom\*\*

\*Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, SP, Brasil

\*\*Universidade São Judas Tadeu, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, SP, Brasil

### Resumo

*Partindo da noção de “terceiro espaço” em Henri Lefebvre, este artigo propõe uma abordagem crítica da produção do espaço urbano centrada na potência simbólica, poética e política dos usos coletivos e não normativos. Entendido como espaço de apropriação, transgressão e produção de sentido, o terceiro espaço se configura como chave metodológica e epistemológica para reimaginar o urbano a partir da América Latina. Essa perspectiva não apenas coloca em xeque os paradigmas funcionalistas da urbanização neoliberal, mas também ultrapassa epistemologias latino-americanas pretéritas ainda carentes de uma abordagem espacial. De caráter exploratório-analítico e teórico-crítico, a investigação examina experiências urbanas contemporâneas que ativam a dimensão simbólica da cidade – como ocupações e equipamentos públicos – para identificar categorias críticas e formas emergentes de produção do espaço. Ao reinscrever o gozo, o excesso e a alteridade na experiência espacial, argumenta-se que tais práticas constituem campos empíricos de reflexão e experimentação, abrindo brechas para uma produção de conhecimento urbano situada, sensível e insurgente.*

### Palavras-chave

*Espaço Urbano; Direito à Cidade; Insurgências Urbanas; Monumentalidade; Terceiro Espaço; Poéticas do Excesso; América Latina.*

## DOSSIER: REFOUNDING URBAN-REGIONAL LATIN AMERICAN THINKING: NAVIGATING VARIATION, NEGATION, AND CONSTITUTION

### HENRI LEBEVRE AND THE THIRD SPACE: TOWARD ANOTHER CRITICAL READING OF LATIN AMERICAN URBANIZATION

Carolina Akemi Morita Nakahara\*

Mariana Wilderom\*\*

\*Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, SP, Brazil

\*\*Universidade São Judas Tadeu, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, SP, Brazil

#### Abstract

*Drawing on Henri Lefebvre's notion of the "third space," this article develops a critical approach to the production of urban space that foregrounds the symbolic, poetic, and political force of collective and non-normative uses. Conceived as a space of appropriation, transgression, and production of meaning, the third space emerges as both a methodological and epistemological lens for reimagining the urban from a Latin American perspective. This approach challenges the functionalist paradigms of neoliberal urbanization while also advancing beyond earlier Latin American epistemologies that have remained only marginally attentive to spatial analysis. Adopting an exploratory–analytical and theoretical–critical approach, the study examines contemporary urban experiences that have activated the symbolic dimension of the city—such as occupations and public facilities—in order to identify critical categories and emergent forms of spatial production. By reinscribing enjoyment, excess, and alterity into spatial experience, the article argues that these practices constitute empirical fields for reflection and experimentation, opening breaches for a situated, sensitive, and insurgent production of urban knowledge.*

#### Keywords

*Urban Space; Right to the City; Urban Insurgencies; Monumentality; Third Space; Poetics of Excess; Latin America.*

# HENRI LEFEBVRE E O TERCEIRO ESPAÇO: POR UMA OUTRA LEITURA CRÍTICA DA URBANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA

*Carolina Akemi Morita Nakahara  
Mariana Wilderom*

## Introdução

Com cerca de 80% da população vivendo em áreas urbanas – índice superado apenas pela América do Norte e significativamente superior ao da África e ao da Ásia (ONU-Habitat, 2024) –, a América Latina antecipou em quatro décadas a tendência global que se consolidaria apenas em 2007. Tal fenômeno se destaca não apenas pela rapidez, mas sobretudo pelas formas como a desigualdade estruturou o espaço urbano latino-americano.

Essa configuração particular escapa às generalizações da categoria “Sul Global” e inscreve a experiência urbana latino-americana numa crítica mais ampla às hierarquias do pensamento urbano. Diversas formulações têm posto em xeque a centralidade euro-norte-americana nos estudos urbanos, recusando a lógica da exceção e buscando deslocar o centro da teoria para experiências até então marginalizadas. A noção de ecologia de saberes (Santos, B., 2007), as epistemologias informais do planejamento (Roy, 2005), a proposta de cidades ordinárias (Robinson, 2006) e a crítica à urbanização planetária eurocêntrica (Brenner, 2013) figuram entre os esforços mais destacados. No entanto, ao reunir sob o signo do “Sul Global” formações sociais profundamente distintas, tal guinada crítica pode obscurecer tradições intelectuais consolidadas, como a latino-americana, cuja produção teórica foi sistemática e situada. Como adverte Pablo Palomino (2019), embora útil para contestar o eurocentrismo, o termo frequentemente apaga a densidade histórica de certas regiões, substituindo-as por uma imagem homogênea da subalternidade planetária. Sua aplicação genérica tende, assim, a esvaziar as contribuições locais de seu alcance conceitual mais amplo.

Este artigo propõe recuperar a América Latina como recorte analítico próprio, como lugar de enunciação e território de produção teórica.<sup>1</sup> A hipótese que orienta a reflexão é que a urbanização latino-americana, por sua constituição histórica singular – precoce, desigual e segregada –, apresenta um ponto de observação privilegiado dos impasses contemporâneos do urbano. Como observa César Simoni Santos (2017), no momento em que o mundo parece experimentar a fratura social que por décadas caracterizou a região, é pertinente reconsiderar o debate local.

Essa revisão exige, a nosso ver, um retorno à teoria da produção do espaço em chave lefebvriana – não como doutrina, mas como instrumento crítico para pensar a atualidade do urbano. Diante da coexistência paradoxal entre avanços em indicadores materiais e a deterioração das condições urbanas, o diagnóstico de “desenvolvimento inumano” formulado por Calderón e Castells (2021) se mostra especialmente elucidativo. Embora o neodesenvolvimentismo latino-americano tenha promovido crescimento e redistribuição, ele negligenciou os custos sociais e ambientais da urbanização. O resultado foi a consolidação de metrópoles hostis à maioria, onde melhorias quantitativas em renda, saúde e educação coexistem com precarização de moradia, mobilidade, meio ambiente e qualidade urbana (Calderón; Castells, 2021, p. 48-9).

Essa contradição atualiza, com força renovada, a crítica formulada por Henri Lefebvre nos anos 1960 e 1970, ao recolocar o espaço e o urbano como categorias centrais da análise social. Para Lefebvre (2016a, p. 55), o urbano exige uma base prático-sensível indissociada da reflexão sobre suas potencialidades, uma morfologia concreta onde as virtualidades sociais possam se encarnar: “se não as encontrarem, essas possibilidades perecem; estão condenadas a desaparecer”. A cidade se torna, assim, o lugar possível da realização da sociedade urbana, e a crítica do espaço se vincula à crítica da forma urbana – como exigência de sua materialização. Isso impõe ao pensamento urbanístico, especialmente à arquitetura e ao projeto urbano, a tarefa de pensar não apenas planos ou infraestruturas, mas as condições de possibilidade para que o urbano, enquanto processo de socialização, se realize.

---

1. A discussão aqui apresentada resulta da interlocução entre dois percursos paralelos: a pesquisa de doutorado *Do habitat ao habitar poético: participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre* (NAKAHARA, C. A. M. M. *Do habitat ao habitar poético: participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre*. 2021. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.16.2021.tde-10012022-130103>. Acesso em: 22 jan. 2026.) e a pesquisa de pós-doutorado *Identificação e análise de projetos contra-hegemônicos* (Wilderom, 2021-2023). Agradecemos à Fapesp pelo financiamento da pesquisa de pós-doutorado (Processo nº 20/11816-5) e ao grupo de pesquisa Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea (PC3-FAUUSP) pelas discussões que constituem o pano de fundo deste artigo. Em especial, dedicamos este trabalho à memória de Luiz Recamán, cuja presença intelectual e humana permanece como inspiração central das reflexões aqui desenvolvidas.

É essa tarefa crítica – atenta à produção desigual do espaço e às formas sensíveis da vida social – que orienta a reflexão deste artigo.

Assim, tomam-se, como ponto de partida, indícios de que as teorias urbanas latino-americanas, apesar de romperem com diversas epistemologias simplistas, ainda carecem de uma visada eminentemente *espacial*. Com base nisso, propõe-se realizar uma retomada do pensamento lefebvriano, de modo a explicitar elementos intrínsecos à sua crítica espacial que têm sido frequentemente relegados em benefício de um uso pragmático do direito à cidade. A noção de “terceiro espaço” emerge, então, como horizonte de disputa (espacial) que articula poesia, apropriação e *jouissance* – gozo, excesso (Lefebvre, 2000, 2014) – e aponta para uma via capaz de evidenciar a potência de práticas urbanas contemporâneas.

Metodologicamente, a investigação assume caráter exploratório-analítico e teórico-crítico, orientando-se pela proposição lefebvriana de “inventariar a experiência adquirida, tirar lições dos fracassos, ajudar a fazer nascer o possível através de uma maiêutica alimentada pela ciência” (Lefebvre, 1971, p. 149). Esse exercício de “ciência analítica da cidade” em formação (Lefebvre, 2016a, p. 106), etapa necessária à construção de uma ciência crítica do espaço, busca compreender produtos e práticas espaciais localizados à luz de uma reflexão teórica mais ampla, a fim de formular sínteses que apontem para possibilidades outras de produção do espaço (Lefebvre, 2000) – seja por formas de apropriação coletiva, seja por estratégias disciplinares –, no sentido de uma reatualização do horizonte do direito à cidade.

A seleção dos exemplos concretos se baseou, sobretudo, em dois critérios interligados: (1) a dimensão monumental, enquanto relação simbólica com a cidade; e (2) o potencial de materializar o conceito de apropriação contido no terceiro espaço. Foram priorizadas experiências que parecem sustentar realidades alternativas – utopias urbanas – em duas direções opostas: por um lado, a arquitetura produzida pelo Estado (*top-down*), vinculada a estratégias disciplinares de projeto urbano; por outro, as apropriações espaciais oriundas da sociedade civil (*bottom-up*).

Assim, os casos não operam como ilustrações de formulações teóricas prévias, mas como *campos de observação* que alimentam um retorno conceitual a partir da América Latina – onde a teoria, longe de mera descrição ou crítica negativa, constitui compreensão e produção de saber sobre o espaço (Lefebvre, 2000).

## 1. Projetos para um urbano latino-americano

A condição urbana latino-americana foi historicamente tratada como objeto de interpretação sistemática. A busca pela definição da “cidade latino-americana” – entendida como entidade dotada de dinâmica própria – remonta ao menos ao período entre 1950 e 1970 e pode ser interpretada como uma verdadeira

“invenção” ou “construção cultural” dos significados relacionados a esta categoria urbana (Gorelik, 2005, p. 112). O pensamento cepalino flutuava entre as teorias da modernização – de registro estrutural-funcionalista, com influências da visão dualista do “*continuum* folk-rural-urbano” da Escola de Chicago – e as formulações da urbanização dependente, via Manuel Castells e Aníbal Quijano – segundo os quais a marginalidade resultava da urbanização sob condições de dependência impostas pela colonialidade e pelo domínio do capital imperialista (Castells, 1973).

As influentes teses de Castells, embora rompessem tanto com as análises dualistas típicas das sociologias da modernização quanto com os ufanismos invertidos de nossa condição marginal, acabavam por reduzir a cidade latino-americana a outro esquema totalizante. Em sua leitura, o espaço figurava de maneira *subordinada* aos circuitos produtivos, de circulação e de consumo. Desse modo, a visão simplista e dualista que animava a lança do desenvolvimentismo cedia lugar a outra – não mais palatável – na qual a história latino-americana se tornava apenas uma “sucessão de dependências” (Singer, 1973, p. 288), sem margem para qualquer escapatória à lógica do capital.

Pedro Arantes (2009) evidencia essa lacuna nas formulações da cidade latino-americana, abrangendo desde as teses cepalinas até suas revisões críticas, promovidas por teóricos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Como destaca o autor, predomina nelas uma cisão persistente entre o espaço (urbano) e as esferas socioeconômicas, de modo que o primeiro aparece, quase invariavelmente, como mero suporte ou reflexo do último. Com efeito, o espaço urbano figura como “manifestação direta da economia e da política, sem entendimento de suas dinâmicas e categorias próprias” (Arantes, 2009, p. 120). Ao se excluir a esfera da mediação – elemento característico do urbano (Lefebvre, 2008, 2016a) –, a cidade se reduz, de maneira imediata, a “economia urbana, consumo coletivo, mercado de trabalho, classes médias ou o Estado” (Arantes, 2009, p. 120).

Frente a essas limitações teóricas e analíticas, este trabalho parte de alguns pressupostos fundamentais. Primeiro, historicamente, a cidade latino-americana não se limitou ao estatuto de categoria meramente descritiva, mas se imiscuiu nos diversos desígnios e estratégias de transformação da realidade, ora de maneira institucional – por meio dos grandes projetos de construção nacional (Gorelik, 2005) –, ora impulsionada por mobilizações da sociedade civil, típicas da “virada gramsciana” (Dagnino, 1998), que marcaram a emergência dos novos sujeitos políticos.

Em segundo lugar, seja nas formulações cepalinas da modernização, seja em suas críticas via teorias da dependência, reaparecem os mesmos esquemas dualistas engessados – como desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento, centro *versus*

periferia, estrutura *versus* superestrutura. Entre complexos de vira-lata e cetiscos corrosivos, os grandes modelos interpretativos, quando totalizantes, tendem a excluir os resíduos de seus próprios esquemas lógico-representativos.

A principal consequência disso é a escassez de teorias críticas das cidades latino-americanas que tenham caráter eminentemente espacial – visto que, em geral, as abordagens espaciais caminham a reboque do debate socioeconômico. A eloquência da racionalidade teleológica, guiada pelo cálculo – outra face do pragmatismo tecnocrático –, é um dos fardos mais difíceis de abandonar, tanto à direita quanto à esquerda.<sup>2</sup>

Diante desse cenário, propõe-se retomar a potência crítica, espacial e urbana do pensamento de Henri Lefebvre como ponto de partida para iluminar possíveis caminhos de (re)conhecimento da cidade latino-americana. Compreende-se que sua crítica, embora frequentemente reduzida ao emblema instrumentalizado do “direito à cidade” – convertido em *slogan* ou “guarda-chuva conceitual” (Purcell, 2002; Schmid, 2012b; Marcuse, 2012), internacionalmente institucionalizado em legislações, agendas e programas de governança urbana (Kuymulu, 2013) ou rapidamente absorvido por pautas reivindicatórias em países como o Brasil (Medrano et al., 2017)<sup>3</sup> –, possui um alcance para além da compreensão das vicissitudes das práticas urbanas, no sentido da afirmação de sua dimensão propriamente espacial.

A abordagem dialética tridimensional e espacial de Lefebvre, já amplamente debatida e atualizada pela literatura nacional e internacional (Shields, 1999; Elden, 2004; Goonewardena et al., 2008; Stanek, 2011; Butler, 2012; Damiani, 2012; Schmid, 2012a; Santos, C., 2019), é radical por acolher a diferença, a insurreição e a subversão – e fazê-lo *no* e *pelo* espaço. Isso significa dizer que, ao se espacializar por meio da realidade prático-sensível e ao incorporar os afetos, os imaginários e os desejos, a sociedade inevitavelmente desloca as representações mentais que antes pareciam coerentes e estáticas — apropria-se delas, restituindo ao mundo seu

---

2. Nesse sentido, mesmo os exemplos que Arantes utiliza para reivindicar categorias próprias à “produção da cidade”, quando se afastam dos significados mais amplos associados ao urbano – “centralidade e expressão material do poder e da riqueza” – e buscam definições mais palpáveis, dificilmente escapam das modalidades do espaço frequentemente vinculadas às esferas econômicas. Assim, ainda que dialetizado, o espaço aparece ora sob o domínio do capital – “trabalho na construção”, “propriedade privada e renda da terra”, “circuitos de acumulação imobiliária e sua relação com o capital em geral”, “formas de ação urbana do Estado na repartição da riqueza social” –, ora restrito aos serviços urbanos – “a lógica dos investimentos privados e públicos, a localização das infraestruturas” (Arantes, 2009, p. 120).

3. Para a íntegra dessa discussão, ver a tese de doutorado *Do habitat ao habitar poético: participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre* (NAKAHARA, C. A. M. M. *Do habitat ao habitar poético: participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre*. 2021. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.16.2021.tde-10012022-130103>. Acesso em: 22 jan. 2026).

caráter de obra (Seabra, 1996), não apenas pelo trabalho produtivo, mas pelo fazer criativo e poético próprio do “homem total” marxiano (Kipfer, 2009).

Assim, ao explicitar níveis, dimensões, momentos ou processos implicados na produção do espaço – expressos nas diversas tríades –, a dialética espacial se manifesta como parte de um *método* – “via” ou “caminho” (*voie*) – ligado a uma “hipótese estratégica, isto é, a um projeto teórico e prático de longo prazo” (Lefebvre, 2000, p. 73, tradução nossa), que ultrapassa um simples projeto político.

Em Lefebvre, conhecer o espaço não se satisfaz com sua inteligibilidade ou sua visibilidade. É preciso imaginar e desejar sua transformação. Sem propor uma teoria fechada e fundada na demonstração de conceitos, a estratégia lefebvriana dirige o olhar para uma “zona de interesse”. Em termos concretos, é a problemática urbana que revela essa *estratégia de conhecimento do espaço*. Envolvendo uma forma particular de espacialização da sociedade – por meio da dialética da centralidade e da simultaneidade (Lefebvre, 2008, 2016a) –, o urbano reúne localidades social, política, econômica e morfologicamente distintas. Essa tendência, que se manifesta em escala mundial, impõe o desafio de construir uma epistemologia urbana capaz de superar os ancoradouros tradicionais, tais como as dicotomias entre cidade e campo, cidade e *habitat*, bem como os dualismos mencionados anteriormente. Como afirma Neil Brenner (2013), é preciso superar a busca por um “*outside*” do urbano.

A dialética da forma urbana com seus conteúdos, ao envolver elementos contraditórios – centralização e dispersão, transparência e ocultação, reunião e violência, liberdade e repressão –, fomenta sua transgressão permanente. E assim, o urbano se revela, nesse momento, como parcialmente real, parcialmente virtual, induzido, mas também indutor, produto e produtor. É precisamente esse caráter híbrido e dinâmico do espaço urbano o responsável pela formação de discontinuidades: uma vez que a forma urbana atrai para si mesma a diferença, sua própria produção abriga em si a contradição. A forma urbana “reúne em ato, numa totalidade ou síntese virtual, [...] outros conteúdos que ela retoma”, gerando um “objeto virtual, o urbano” (Lefebvre, 2008, p. 112-3). Sua tendência não apenas define, mas extrapola, as expressões concretas da cidade, de modo a delinear o devir, o horizonte do possível e do impossível. É assim que ela aviva suas temporalidades e ritmos, preenche-se de virtualidades ainda não vividas e permite a si mesma se tornar outra.

## 2. O terceiro espaço: entre a poesia e o gozo

Os caminhos delineados por Lefebvre no sentido de romper, por meio da diferença, tanto com as visões totalizantes quanto com os discursos fragmentários

supostamente autóctones proporcionam uma inflexão teórica que tenciona superar o urbano subsumido à lógica industrial-capitalista e às suas representações correlatas. Isso se anuncia sob duas formas principais. Por um lado, por meio da cidade lúdica, com lugares apropriados à “festa renovada” – que não se reduzem aos centros de lazer e de esporte formalizados. A “centralidade lúdica” poderia “restituir o sentido da obra trazido pela arte e pela filosofia – dar ao tempo prioridade sobre o espaço, não sem considerar que o tempo vem se inscrever e se escrever num espaço” e “pôr a apropriação acima do domínio” (Lefebvre, 2016a, p. 131-2). Por outro lado, por meio da poética [arquitetônica] (Lefebvre, 2014), de modo a colocar os imaginários, o desejo, os resíduos – a vida cotidiana –, os momentos de desvio (*détournement*) e o gozo (*jouissance*) em foco.

Como se sabe, Lefebvre supera não apenas a finitude historicista do racionalismo hegeliano (Lefebvre, 1971), mas também o marxismo ortodoxo – seja pela via do dogmatismo stalinista, seja pelas simplificações pragmáticas que, não raro, passam a ser encapsuladas pelas mesmas perspectivas teleológicas economicistas e tecnocráticas que se viam à direita (Lefebvre, 1972, 1991).<sup>4</sup> Supera, igualmente, abordagens fenomenológicas – cujo enfoque na dimensão corpórea negligenciava relações sociais e históricas – e linguístico-semiológicas – cujos esquemas frequentemente reduziam a complexidade concreta da vida a estruturas formais demasiadamente rígidas. Ou melhor, o filósofo as suprassume dialeticamente – no sentido de se apropriar dessas correntes e deslocá-las para outro nível –, mas também as ultrapassa, à maneira do intempestivo nietzschiano, com a dose de ironia que isso implica (Lefebvre, 1971).

Por meio de sua dialética tridimensional – de caráter morfológico (Santos, C., 2019) –, o autor restitui ao espaço seu caráter de obra, que não se satisfaz com as “representações marxistas da superestrutura” (Lefebvre, 1983, p. 27), obra essa que possui um sentido amplo, ao abarcar, além das artes plásticas, a arquitetura,

---

4. Por esses motivos, destaca César Simoni Santos (2019), considerar Henri Lefebvre apenas a partir da perspectiva da mera continuidade do pensamento marxista pode resultar em uma série de armadilhas. O afastamento estratégico de Lefebvre em relação ao Marx maduro e a Hegel – a bem dizer, em relação à marxologia e à filosofia do Estado – era imperativo e justamente o que o instigaria a realizar um duplo movimento. Em primeiro lugar, aprofundar-se nos escritos do jovem Marx – dos *Manuscritos econômico-filosóficos* (MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.) –, em que havia certa intercambialidade entre os sentidos de produção e de apropriação – apesar de, na visão de Lefebvre (2000), em Marx esses conceitos ainda se mostrarem muito dependentes das ideias de dominação (técnica) e do trabalho. Em suas palavras, “Marx ainda está procurando a ‘propriedade do homem’; para ele, não é nem o riso, nem a brincadeira, nem a consciência da morte, nem o habitar; é trabalho (social), com a linguagem, indissolúveis” (Lefebvre, 2000, p. 191-2, tradução nossa). Por isso, era “necessário restaurar em toda a sua amplitude o conceito de produção, reduzido pelo economicismo à produção de coisas, isto é, de mercadorias” (Lefebvre, 1983, p. 27). Esse movimento conduzi-lo-ia a um segundo passo: aproximar-se de pensadores muito raramente utilizados pelo marxismo ortodoxo, tais como Nietzsche e Heidegger, de modo a atentar para os aspectos corpóreo, dos desejos e poético.

a cidade, o urbano, os monumentos, o cotidiano e a individualidade. Assim, em Lefebvre (1972, 1978), a produção do espaço urbano – enquanto cidade-obra, e não apenas cidade-produto – manifesta-se pela relação dialética, bastante particular, entre *poiesis* e práxis, apropriação – ou impulso criativo – e dominação – ou repetição operativa –, no seio da vida cotidiana. Desestabilizando formas e instituições, sem com isso prescindir delas, e contanto que não seja obliterado pela práxis repetitiva e tecnocrática, “o conceito de obra abrange o de um conjunto significativo”, de sorte que “campos de significados” tais como os encontrados na música, na imagem, no habitar “só podem ser concebidos, em suas particularidades, como obras” (Lefebvre, 1972, p. 127, tradução nossa).

Dessa maneira, os sentidos da apropriação e da produção se esclarecem no espaço e se realizam plenamente por meio dos tempos, dos momentos, da criação poética, dos ritmos da vida; mais especificamente, por meio da fruição, do prazer, do gozo – da *jouissance*:<sup>5</sup>

Somente o estudo crítico do espaço permite elucidar o conceito. De um espaço natural modificado para atender às necessidades e possibilidades de um grupo, podemos dizer que esse grupo *se apropria* dele. A posse (propriedade) não foi senão uma condição e, na maioria das vezes, um desvio dessa atividade “apropriativa” que atinge seu ápice na obra de arte. Um espaço *apropriado* se assemelha a uma obra de arte sem que dela seja um simulacro. Muitas vezes, trata-se de uma construção, monumento ou edifício. Nem sempre: um sítio, um lugar, uma rua podem se dizer “apropriados”. Esses espaços abundam, embora nem sempre seja fácil dizer em que e como, por quem e para quem foram *apropriados*. [...] O espaço do gozo [*jouissance*], que seria o espaço *apropriado* verdadeiramente, ainda não existe. Alguns casos no passado deixaram lugar à esperança, mas o resultado não corresponde ao desejo. (Lefebvre, 2000, p. 192-4, tradução nossa, grifos do autor)

A diferença acontece *no* e *pelo* espaço à medida que provoca deslocamentos e descentramentos – inclusive dos sentidos habituais fundados na própria noção de práxis. Esta, por sua vez, pode deixar de ser revolucionária e tornar-se repetitiva

---

5. Essa posição se expressa com especial clareza em *Toward an Architecture of Enjoyment* (2014), traduzido do manuscrito original em francês *Vers une architecture de la jouissance*. A pedido de seu ex-aluno, Mario Gaviria, Lefebvre recebe a encomenda (*commande*) de escrever sobre uma “arquitetura do prazer” (*plaisir*) – oportunidade em que o filósofo aproveita para alterar o título, substituindo *plaisir* (prazer) por *jouissance* (gozo). Esse deslocamento poético lhe permite realizar uma dupla provocação: por um lado, ao ascetismo do pensamento marxista nos debates sobre arquitetura; por outro, à crítica da ideologia arquitetônica feita por Manfredo Tafuri. O termo *jouissance* – estrategicamente empregado por Lefebvre – carrega múltiplas conotações em sua língua materna, o francês, podendo remeter a diversão, prazer, volúpia, fruição, divertimento, êxtase, gozo.

caso não subverta as representações<sup>6</sup> convencionais que “circulam, mas em torno de fixidades: instituições, símbolos e arquétipos” (Lefebvre, 1983, p. 28, tradução nossa).

A produção da diferença se vincula à metamorfose do signo, isto é, à poesia da vida cotidiana (Schmid, 2012a), que abre espaço para o outro por meio da contradição. É assim que, “no curso da luta que supera a contradição entre trabalho e brincadeira, o poeta resgata a palavra da morte”, sendo “*a contradição entre pensamento social e ação social suplementada pelo terceiro fator do ato criativo e poético*” (Schmid, 2012a, p. 95, grifos do autor). A diferença – ou o diferencial – irrompe daquilo que escapa à representação, ao menos em sua forma apriorística. Ela emerge do resto, do resíduo, do aparentemente irrelevante – da vida cotidiana, por assim dizer. É nesse terreno que a utopia concreta lefebvriana restabelece a *jouissance* – a fruição, o prazer, o jogo, o gozo – no horizonte do possível, em contraposição ao trabalho e à utilidade. Tal movimento configura uma provocação tanto ao universo do capital quanto ao ascetismo característico do marxismo ortodoxo. Impregnada do caráter intempestivo típico do dionisíaco nietzschiano, a *jouissance* sugere uma espécie de transgressão das regras ou de ruptura com a lógica dominante.

É nesse horizonte conceitual que se delineia a distinção entre urbanismo e arquitetura. Em contraposição à ordem distante e macrossociológica do urbanismo, a arquitetura se vincula a uma ordem próxima e microssociológica, ancorada nas práticas do habitar. Essa distinção, mais do que uma diferença de escala, remete a formas distintas de pensamento e imaginação, desdobrando-se na oposição entre utopia abstrata e utopia concreta.<sup>7</sup> Esta última, relacionada à *jouissance*, está voltada para a criação de um novo espaço que não apenas escapa à lógica dominante, mas a desestabiliza – daí sua afinidade com a arquitetura. Essa divergência utópica explicita as especificidades da arquitetura frente ao urbanismo: enquanto a utopia

---

6. Em Lefebvre, as representações não se limitam às ideologias ou às superestruturas – ambiguidade recorrente nas diversas interpretações marxistas –, mas constituem formas, instituições e pensamentos que se relacionam dialeticamente com a concretude da vida – incluindo seus tempos e temporalidades, ritmos, medidas e medições. Essa concepção se opõe tanto ao formalismo – entendido como idealismo abstrato e estático – quanto ao conteudismo – que, ao se fixar exclusivamente no conteúdo, posiciona-se nas antípodas da forma e da estrutura. Seja na versão do materialismo ortodoxo, seja na apologia às narrativas singulares, o conteudismo não escapa de reducionismos que empobrecem a experiência espacial e simbólica. Nenhuma dessas abordagens, por si só, é capaz de dar conta da complexidade da produção do espaço e da vida cotidiana.

7. A *jouissance* inaugura uma reflexão ampliada sobre a natureza do espaço projetado, seja ele arquitetônico ou urbano. À luz dessa compreensão, Stanek (2014), em diálogo com Lefebvre, ressalta que, “enquanto a utopia abstrata abraça os atuais protocolos de urbanização e os estende ao futuro, a utopia concreta ‘começa com o gozo [*jouissance*] e busca conceber um novo espaço, o qual só pode se basear em um projeto arquitetônico” (Stanek, 2014, p. xxxvi, tradução nossa). Assim, percebe-se que o direito à cidade transcende o mero acesso às infraestruturas, ampliando o sentido de cidadania ao incorporar a *jouissance* como elemento capaz de ativar uma dimensão negativa que coloca em xeque as próprias representações vigentes nas realidades urbanas contemporâneas.

abstrata se torna operativa,<sup>8</sup> a utopia concreta assume uma postura negativa – no sentido nietzschiano –, ao abdicar da ordem social existente e abrir-se ao possível.

Tal subversão enfatiza o primado do não trabalho em oposição ao produtivismo; do excesso em contraste com a acumulação ou com a economia; da dádiva em detrimento da troca. No plano espacial, essa perspectiva se traduz na abundância de significados que permeiam monumentos e lugares – os quais jamais se encontram sob controle absoluto de seus produtores –, bem como no espaço vivido e produzido pelo corpo e seus ritmos.<sup>9</sup> Em qualquer um dos casos, o gozo assume, como em Bataille (2013), a ideia de um “dispêndio improdutivo”, transgressor e revolucionário – insurgente –, visto que “revolução e subversão são complementares: a revolução atua no plano político e a subversão atua para destruir o político [...]. Novas contradições surgiram entre revolução e subversão, assim como entre dominação e apropriação” (Lefebvre, 2014, p. 73, tradução nossa).

Como se pode perceber, no lugar de uma teoria, o pensamento dialético implica um *método* que, ao evitar a redundância lógico-matemática, identifica os resíduos (Lefebvre, 2016b) oriundos das contradições das próprias investidas sistematizantes. É nesse ponto que emergem os espaços de apropriação e mediação – os chamados “terceiros espaços”. Parcialmente real, parcialmente fictício – não por acaso acionado justamente no terceiro capítulo de *La production de l'espace* (2000), intitulado “Arquitetônica espacial” –, o terceiro espaço se realiza por mediações e descentramentos. Por isso, como pondera Christian Schmid (2012a), mais do que representação fixa, consolidada ou total das práticas espaciais – algo que, segundo o sociólogo, ficaria implícito em leituras pós-modernas como de Edward Soja (1996) –, o terceiro espaço manifesta processos de espacialização – ou de produção de espacialidades. Henri Lefebvre ilustra essa dinâmica espacial nos seguintes termos:

Esses jogos deslocam os corpos do espaço “real”, imediatamente *vivido* (a sala, a cena) para um espaço *percebido*, um **terceiro espaço**, que não é nem o espaço cênico nem o espaço público. Esse **terceiro espaço**, fictício-real, é o espaço teatral (clássico). É uma representação do espaço ou um espaço de representação? Nem um nem outro. E ambos. O espaço teatral implica uma *representação do espaço*, o espaço cênico, que corresponde a uma *concepção* do espaço (teatro

---

8. Nesse caso, fazemos referência especificamente ao texto de Manfredo Tafuri “Operative Criticism”, capítulo do livro *Theories and History of Architecture* (1980) – originalmente publicado como *Teorie e storia dell'architettura*, em 1968 (AFURI, M. Operative Criticism. In: *Theories and History of Architecture*. New York: HarperCollins Publishers, 1980).

9. Assim, além de apontar para um horizonte de apropriação nas contradições do cotidiano regulamentado, tal posição revela um caráter político, ao transformar o âmbito da habitação em palco de luta e resistência, e materialista, tanto no sentido histórico-marxista quanto no sentido corporal, ao enfatizar as dimensões física, orgânica e rítmica do corpo.

antigo, elizabetano, italiano). O espaço de representação, **mediado mas vivido**, envolvendo uma **obra** e um **momento**, realiza-se como tal no **jogo**. (Lefebvre, 2000, p. 218, tradução e grifos em negrito nossos, outros grifos do autor)

Os terceiros espaços não se enquadram em instituições tradicionais – como o Estado, a propriedade privada, o direito, a funcionalidade, a utilidade – nem em paradigmas consagrados, como as oposições Estado *versus* sociedade civil, público *versus* privado, dentro *versus* fora, desenvolvido *versus* subdesenvolvido, centro *versus* periferia, estrutura *versus* superestrutura. Por isso mesmo, permitem um deslocamento dos conceitos e das percepções inicialmente colocadas em jogo. Envolvem a obra – um fazer coletivo e criativo, por isso poético – que irrompe a partir das margens e brechas. Ou, talvez, dos poros (Stavrídes, 2006). Como obra pública e coletiva, a atividade produtora propriamente dita – a *poiesis* – é, ao mesmo tempo, desconhecida enquanto tal e reconhecida socialmente. Por meio disso, “a vida cotidiana deve se tornar uma obra e deixar de ser uma instituição. Deve tornar-se uma obra, a obra de cada um dos que a vivenciam, dos que nela se encontram, com êxito ou com fracassos” (Lefebvre, 1972, p. 42, tradução nossa).

### 3. O edifício-festa: alguns horizontes das ocupações em São Paulo

Certas práticas contemporâneas de ocupação e apropriação coletiva – tanto material quanto simbólica – reconfiguram o espaço urbano a partir da *insurreição do uso*, na terminologia lefebvriana, gestando novas territorialidades por meio de transformações qualitativas que configuram a obra (Seabra, 1996). Em vez de reiterar os circuitos de periferação e os imaginários normativos do *habitat*, essas experiências abrem novos horizontes de ação política e espacial, mais próximos do que Lefebvre concebeu como direito à cidade (Trindade, 2017; D’Ottaviano, 2021). Diante de um contexto em que a cidadania no Brasil foi “includentemente desigualitária” (Holston, 2013, p. 28, 98) e marcada pela importação de “ideias fora do lugar” (Schwarz, 2014), a insurgência passa a ser um traço particular dessa cidadania, que busca responder às vicissitudes da realidade urbana.

Um exemplo emblemático é a Ocupação 9 de Julho, no centro de São Paulo (Figura 1).<sup>10</sup> Construído na década de 1940 para sediar o Instituto Nacional do

---

10. A análise contida aqui parte de uma pesquisa de doutorado, *Do habitat ao habitar poético: participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre* (NAKAHARA, C. A. M. M. *Do habitat ao habitar poético: participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre*. 2021. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.16.2021.tde-10012022-130103>. Acesso em: 22 jan. 2026), que tomou como base a teoria lefebvriana – especialmente seu debate sobre o habitar como poeta (Lefebvre, 2016a, 2008) – para examinar práticas participativas contemporâneas envolvidas com a produção habitacional. Na pesquisa, constatou-se que a participação e o direito à cidade, se utilizados

Seguro Social (INSS) e posteriormente abandonado, o edifício foi ocupado em 1997 pelo grupo que originou o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), vinculado à Frente de Luta por Moradia (FLM). Em 2016, após coordenar 31 ocupações na cidade, o movimento conquistou a cessão de uso do imóvel por 30 anos, destinando-o a um programa de locação social e a atividades culturais abertas à comunidade (Ferrari, 2019). Hoje, mantém ações solidárias, como a produção de marmitas a partir de sua horta comunitária, reafirmando seu papel social no território.



**Figura 1.** Ocupação 9 de Julho aberta num domingo em São Paulo, 2025

Fonte: Carolina Nakahara.

Com isso, a Ocupação 9 de Julho se tornou mais que apenas um morar funcionalizado – na acepção lefebvriana do *habitat* segregado –, e sim um lugar de apropriação insurgente. Com o apoio de uma rede de artistas, intelectuais e

---

de maneira instrumental e institucionalizada, revelam a permanência de uma racionalidade operativa e de representações que precisam ser dialeticamente superadas pelo pensamento crítico arquitetônico. Diante disso, o fazer poético e a apropriação, colocados no horizonte do habitar, mostraram-se potentes no sentido de romper com esses paradigmas ainda vigentes.

profissionais engajados com a causa, a Cozinha da Ocupação, organizada segundo os princípios da economia solidária, da agricultura orgânica e da autogestão, oferece almoços abertos ao público aos domingos. Contando com a atuação proeminente das mulheres, como é o caso de Carmen Silva,<sup>11</sup> a cozinha se configura como espaço de partilha, afeto e solidariedade.



**Figura 2.** Ocupação 9 de Julho aberta num domingo em São Paulo, 2025

Fonte: Carolina Nakahara.

Suas áreas comuns funcionam como cenário e palco de eventos culturais e espaços de encontro, borrando as fronteiras entre o público e o privado e, de certo modo, poetizando sua relação com a cidade, ao tornar porosas tanto a materialidade quanto a simbologia do edifício (Figuras 1 e 2). Palavras, imagens e corpos

---

11. Baiana e uma das principais lideranças do MSTC em São Paulo, protagonizou o filme *Era o Hotel Cambridge*, de Eliane Caffé. Sua importante atuação como liderança nas ocupações no centro de São Paulo tem sido frequentemente retratada pela mídia.

se inscrevem em seus muros (Figura 2), numa dinâmica quase performativa, corroborando o caráter teatral, típico do “terceiro espaço” lefebvriano, dessas espacialidades produzidas. Com isso, o edifício é reinscrito como obra coletiva e viva, ativando, em chave benjaminiana (Benjamin, 2011), uma disputa pelas memórias urbanas – e pelas ruínas; não aquelas oficiais, cristalizadas nos discursos hegemônicos, mas as produzidas nas margens, entre silêncios e resistências históricas.

No horizonte da *jouissance*, do excesso, o edifício coloca em suspensão um uso restrito ao caráter funcional ou mercadológico e se converte, ainda que provisoriamente, em monumento urbano (Ferrari, 2019), um lugar onde a luta e a resistência se transformam, momentaneamente, em festa. Com espaços formativos e lúdicos – tais como marcenaria, biblioteca, salas de convivência e de oficinas e brinquedoteca, além da própria cozinha –, o edifício-monumento emerge como um símbolo que denuncia o vazio urbano, a especulação imobiliária e a segregação, nos termos da própria Carmen Silva (Kachani, 2018). Esses usos insurgentes ressignificam o território, viabilizando, como propõe Ferrari (2019, p. 101), uma “terceira via” entre arte, arquitetura e espaço público.

Nessa chave, o direito à cidade não se reduz ao acesso à moradia ou à infraestrutura urbana – que, embora fundamentais, permanecem vinculados à lógica da sobrevivência e da economia espacial (Lefebvre, 2000). Trata-se, aqui, de reivindicar também o espaço do gozo – *jouissance*, do excesso, do dispêndio e do uso improdutivo. É o excesso – que também envolve um desperdício – que proporciona a energia vital necessária para “modificar ou engendrar um espaço” (Lefebvre, 2000, p. 206).

Numa cidade como São Paulo, em face do aumento de imóveis ociosos no centro e apesar do risco de represálias violentas, 105 edifícios subutilizados foram ocupados entre 1997 e 2012 (Trindade, 2017). Exemplos eminentes incluem as experiências das ocupações Dandara, Maria Domitila, Cambridge e Lord, muitas das quais contaram com assessorias técnicas de escritórios ou coletivos de arquitetura para a requalificação do edifício e produção das moradias. Não se pode deixar de mencionar também o Edifício Prestes Maia, atualmente considerado a maior ocupação vertical da América Latina<sup>12</sup> e apontado como o primeiro “*retrofit* de habitação social” (Prefeitura de São Paulo, 2025), posicionando o Brasil como pioneiro ao inaugurar uma via que coloca sob tensão os limites entre propriedade e apropriação.<sup>13</sup>

---

12. Segundo dados da EFE (Santandreu, 2018), o Prestes Maia ocupava a segunda posição até 2015, quando a chamada Torre de David (Caracas, Venezuela), a maior até então, foi desalojada pelo governo (SANTANDREU, A. Edifício Prestes Maia, o maior símbolo das ocupações na América Latina. UOL, 10 maio 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2018/05/10/edificio-prestes-maia-o-maior-simbolo-das-ocupacoes-na-america-latina.htm>. Acesso em: 3 jan. 2026).

13. Há de se destacar, nesse sentido, a participação dessas experiências na 14<sup>a</sup> Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, realizada nos meses de setembro e outubro de 2025.

Além disso, ao perturbar o *modus operandi* institucional e atuar por seus meandros, tais movimentos reposicionam o sentido genuíno de tático – muito além daquele simplificado pelo “urbanismo tático”<sup>14</sup> que, transformado em *slogan* e propaganda, eclipsa toda a dimensão de luta intrínseca aos movimentos urbanos (Spataro, 2015), bem como o *ethos* ativista inerente à cidadania (Mould, 2014). Tático, para Lefebvre (2000), visa restituir, pela apropriação e pelo gozo, um código de uso e de compreensão desse espaço. No sentido posteriormente consagrado por Michel de Certeau (1994), historiador jesuíta francês que pertencia aos mesmos círculos acadêmicos que Lefebvre<sup>15</sup> e manteve estreito contato teórico com experiências latino-americanas, tática se associa às dinâmicas do cotidiano e a modos de usar próximos do fazer poético.

A ocupação – processo e palavra de luta – encarna, no Brasil, uma singularidade espacial que é, ao mesmo tempo, urbana (por colocar em xeque as bases da propriedade privada sobre as quais a cidade moderna se instituiu), poética (ao reinscrever material e simbolicamente as ruínas da cidade existente) e insurgente (pela via da apropriação, do jogo, da festa e da *jouissance* espacial, em detrimento da ordem vigente).

O caráter insurgente dessas ocupações não está isento de limites: o alcance de eventos ainda é restrito a grupos de classe média, e muitas funcionam como soluções transitórias para pessoas em situação de rua, destinadas a uma posterior realocação em programas habitacionais periféricos. Ainda assim, ao suspender temporariamente a lógica do *habitat* em favor da urgência do habitar, essas experiências abrem brechas para uma poética do espaço urbano.

Por fim, esses movimentos adicionam novos elementos às contradições urbanas sob a égide do capitalismo. Nas áreas periféricas, vemos uma convivência profícua entre formalidade e informalidade, legalidade e ilegalidade, em que a lei se impõe de maneira seletiva – segundo uma estratégia, no léxico lefebvriano –, garantindo a manutenção das transgressões habituais de certos grupos (Maricato, 2003; Holston, 2013). Nesses territórios segregados, o ilegal é frequentemente tolerado pelas regras do jogo, justamente por se manter fora dos circuitos de visibilidade. Por outro lado, mesmo evidenciando violações e irregularidades sistemáticas dos direitos à moradia e à cidade, garantidos pela Constituição e pelo Estatuto da Cidade (arts. 2º e 39º), as ocupações urbanas populares permanecem sob o peso do estigma da ilegalidade.

---

14. Frequentemente associado à figura de Mike Lydon, o “urbanismo tático” se torna outro mecanismo propagandístico e legitimado, que pasteuriza e reduz todo o histórico das lutas urbanas.

15. Embora as menções cruzadas entre os autores sejam escassas ou praticamente nulas, vale destacar que, na introdução de *A invenção do cotidiano*, Michel de Certeau (1994) faz referência a Lefebvre em uma nota de rodapé, justamente creditando ao filósofo francês as investigações sobre o cotidiano.

No espaço abstrato, alienado e pretensiosamente homogêneo do capital, caracterizado pela ideologia do silêncio, da não violência e do consenso – enfim, da negação da luta de classes –, “não se luta para ocupar o mesmo lugar; deixam-se espaços disponíveis, mantendo, salvo impossibilidade, ‘proxêmicas’, as distâncias respeitadas” (Lefebvre, 2000, p. 69, tradução nossa). Não obstante, o que não se vê é que nele se exerce

uma lógica e uma estratégia da propriedade no espaço: “o que é seu não é meu, lugares e coisas”. E, não obstante, existem lugares comuns, lugares partilhados, cuja posse e consumo não podem ser inteiramente privados, como os cafés, as praças, os monumentos. (Lefebvre, 2000, p. 69, tradução nossa)

Diante do insuficiente alcance das esferas deliberativas democráticas, a subversão, o ativismo e o protesto se mostram como maneiras de explicitar as “assimetrias estruturais de poder que caracterizam o conflito político no mundo real e forcem os grupos marginalizados a adotar táticas disruptivas de mobilização coletiva para impor suas reivindicações na esfera pública” (Trindade, 2018, p. 21). Assim, as ocupações deixam evidente que as disputas concretas não apenas ocorrem *no* espaço, mas também *por meio* dele.

#### 4. A monumentalidade do cotidiano e uma outra cidadania

A monumentalidade e o monumento ocupam lugar privilegiado na reflexão de Lefebvre sobre a dimensão arquitetônico-urbanística da produção do espaço. Esses termos surgem, ao longo de sua produção, como categorias ambivalentes e potencialmente contraditórias: por um lado, vinculam-se historicamente à inscrição do poder no espaço; por outro, condensam conteúdos sociais e figuram como suportes da vida coletiva, abrindo a possibilidade de uma experiência espacial como obra. Em *A revolução urbana* (2008), Lefebvre enfatiza o monumento como forma espacial associada à consagração do poder hegemônico na história – vinculado a instituições como a Igreja, o Estado e a universidade.

Nesse mesmo livro, assim como em *La production de l'espace* (Lefebvre, 2000), a análise se desloca e se aprofunda: o autor compreende o espaço monumental também como lugar da vida coletiva e das relações de produção, do trabalho e do não trabalho, no qual “o espaço social se condensa [...] tornando-se o suporte metafórico e quase metafísico de uma sociedade” (Lefebvre, 2000, p. 259, tradução nossa). Lefebvre vê o espaço monumental como instância simbólica de longa duração, apropriado sucessivamente por diferentes instituições que nele inscrevem seus próprios signos de poder. Sem significado fixo, suas formas são reapropriadas

ao longo do tempo, ora para consagrar a fé, ora para afirmar a autoridade, ora para encenar a nação. Esse movimento histórico de ressignificação sucessiva é o que o autor chama de “jogo de substituições”.

Os monumentos (simbólicos e transfuncionais) podem figurar como obras espaciais significativas, capazes de projetar um “alhores” e anunciar uma utopia concreta. “As catedrais”, afirma, “foram transfuncionais”, assim como os túmulos transculturais, por sua capacidade de ultrapassar a funcionalidade imediata e projetar no espaço traços de alteridade e de imaginação social. Por sua escala, verticalidade ou expressividade, o monumento inaugura uma outra ordem de experiência urbana, proclamando dimensões distintas daquelas dos percursos ordinários do cotidiano (Lefebvre, 2008, p. 30).

Contudo, no contexto da modernidade capitalista, Lefebvre identifica uma inflexão crítica (Lefebvre, 2014, p. 18): o significado atribuído ao monumento se dissolve diante da conjunção de transformações políticas (a revolução democrática burguesa), econômicas (industrialização e capitalismo) e sociais (a expansão das cidades e a ascensão das classes trabalhadoras). Nesse processo, o monumento é progressivamente substituído pelo edifício – elemento técnico e funcional, carente de densidade simbólica. Enquanto o monumento encarnava um sentido coletivo – era ele próprio produtor de significado –, o edifício moderno opera como signo funcional, repetível e fragmentado, reduzido à significação. O autor critica a confusão teórica entre esses dois níveis: significação designa a articulação técnica entre signos; já o significado só emerge na experiência espacial apropriada, vivida, dotada de espessura temporal e simbólica. Essa distinção é essencial para compreender por que, na lógica do espaço abstrato, os edifícios não substituem os monumentos como obras: carecem da potência de condensar sentidos e projetar imaginários coletivos. Nessa perspectiva, a eficácia simbólica do espaço arquitetônico e urbano não decorre apenas de suas formas ou prescrições técnicas, mas da maneira como essas formas são vividas, aceitas ou contestadas pelos sujeitos sociais. É nesse processo de apropriação – às vezes naturalizada, às vezes conflitiva – que o espaço se torna significante. A diferença entre um espaço que apenas organiza a vida e um espaço que a transforma reside justamente aí: na capacidade de se tornar obra no duplo sentido lefebvriano – como produção social e como construção de significado.

Essas considerações convergiram com a análise crítica de um conjunto de projetos contemporâneos de equipamentos e espaços públicos na América Latina<sup>16</sup>

---

16. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e comparativo, derivada do trabalho de pós-doutorado *Identificação e análise de projetos contra-hegemônicos* (Wilderom, 2021-2023) citado

cuja materialidade e forma revelam disputas ético-estéticas em torno da produção do espaço urbano. Embora institucionalizados e imersos em dinâmicas estatais, esses projetos mobilizam investimentos simbólicos e infraestruturais marcados por intenções de ampla transformação social. Em diferentes contextos nacionais e administrativos, observa-se a articulação entre políticas setoriais e estratégias urbanísticas voltadas para a requalificação territorial, a ampliação do acesso à cidadania e a criação de novos marcos urbanos. São exemplos emblemáticos os Centros Educacionais Unificados (CEUs), em São Paulo, concebidos como centralidades públicas multifuncionais (integrando equipamentos de cultura, educação e esportes) em territórios periféricos; os Parques Biblioteca, Unidades de Vida Articulada (UVAs – tanques da rede de abastecimento de água transformados em espaços públicos) e *Colegios de Calidad*, entre outros projetos e equipamentos recentemente implantados em Medellín, que reconfiguram o espaço urbano a partir de infraestruturas cívicas e pactos comunitários; o programa *Mi México Late*, no México, com mais de 750 obras implantadas em áreas vulneráveis, combinando projeto urbano, arquitetura e política urbana nacional; e, por fim, o programa *Quiero Mi Barrio*, no Chile, que requalifica o espaço público de bairros produzidos a partir de políticas públicas habitacionais massificadas e antiurbanas, buscando recuperar a identidade coletiva e promover equidade territorial. Tais experiências, ao condensar múltiplos sentidos (técnicos, sociais e simbólicos) em torno do espaço construído, podem ser analisadas como manifestações contemporâneas de monumentalidade.

Consideradas as especificidades de cada contexto nacional, bem como aquilo que compartilham – isto é, sua inscrição em territórios marcados por segregação socioespacial, precariedade urbana e vulnerabilidade social –, essas experiências oferecem múltiplas possibilidades de leitura crítica, que não podem ser esgotadas neste escopo. Interessa-nos, contudo, sublinhar um aspecto recorrente: em muitos casos, os resultados espaciais desses programas extrapolam a condição de intervenções arquitetônicas isoladas e passam a operar como reconfigurações de infraestruturas, equipamentos e bairros urbanos. Partindo da escala arquitetônica, o

---

anteriormente, dedicado ao desenvolvimento de um protocolo analítico e de um quadro metodológico para identificar dimensões contra-hegemônicas na produção arquitetônica latino-americana. O estudo articulou dois eixos complementares: (1) uma problematização teórico-crítica, orientada pela teoria lefebvriana da produção do espaço (Ver RECAMÁN, L.; WILDEROM, M. O sentido das possibilidades de uma contra-hegemonia na arquitetura. *VIRUS*, n. 24, 2022.); e (2) uma seleção comparada de estudos de caso contemporâneos, conduzida com apoio de pesquisadores de iniciação científica. O conjunto dos casos constitui um *inventário crítico* (Lefebvre, 1971), resultante da análise de mais de mil projetos inicialmente mapeados em cinco países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México) e da sistematização de cerca de cinquenta fichas técnico-descritivas, concentradas em projetos que apresentavam: (1) a reconfiguração dos programas usuais de arquitetura, integrando dimensões físicas e relacionais; e (2) formas arquitetônicas situadas em diálogo com padrões locais de ocupação, tecnologias construtivas e tipologias existentes.

que se monumentaliza varia: a cobertura (Orquideorama, em Medellín – Figura 3), o chão (Parque de los Deseos – Figura 4, Parque de los Pies Descalzos – Figura 5 e Colegio Antonio Derka – Figura 6, todos em Medellín), ou as relações transitivas entre domesticidade, materialidade e paisagem (Parque Prado e Parques del Río – Figura 7, em Medellín, e Parque Linear Cantinho do Céu – Figura 8, em São Paulo), entre outras estratégias disciplinares da Arquitetura e do Urbanismo ainda em estudo.



**Figura 3. Orquideorama, em Medellín, 2019**

Fonte: Mariana Wilderom.



**Figura 4. Parque de los Deseos, em Medellín, 2012 e 2019**

Fonte: Mariana Wilderom.



**Figura 5.** Parque de los Pies Descalzos, em Medellín, 2019

Fonte: Mariana Wilderom.



**Figura 6.** Colegio Antonio Derka, em Medellín, 2012

Fonte: Mariana Wilderom.



**Figura 7.** Parque Prado e Parques del Río, em Medellín, 2023  
 Fonte: Mariana Wilderom.



**Figura 8.** Parque Linear Cantinho do Céu, em São Paulo, 2019  
 Fonte: Mariana Wilderom.

As intervenções mais significativas, dentro do *corpus* de projetos analisados, são aquelas em que a radicalização da potência estética e a projeção simbólico-espacial

parecem mobilizar uma pulsão de sensibilização coletiva. Distanciam-se, assim, daquilo que, apressadamente, poderia ser lido como espetáculo ou objetualidade autocentrada. Primeiro, porque sua dimensão imagética não busca ocultar nem substituir o real, ainda que enfatize e radicalize parte de seus aspectos. E, sobretudo, porque evita a objetualidade ao ser atravessada pelas tendências espaciais e programáticas mais expansivas e múltiplas já mencionadas.<sup>17</sup>

Essas obras parecem ensaiar formas de monumentalidade não mais associadas exclusivamente ao poder estatal ou à centralidade institucional, mas enraizadas em práticas ordinárias, apropriações coletivas (performadas pelo gozo) e transformações sensíveis da paisagem.<sup>18</sup> As estratégias disciplinares espaciais, nesses projetos, constroem mediações entre técnica, política pública e urbanidade cotidiana, abrindo brechas para o desvio (Lefebvre, 2014, p. 92). Como reações arquitetônicas críticas – e, por vezes, provisórias<sup>19</sup> – às lógicas de fragmentação, segregação e dessimbolização do urbanismo neoliberal, essas intervenções não propõem a transformação total do urbano, mas ações de transformação espacial situadas, capazes de (re)encenar uma dimensão utópica concreta no interior das dinâmicas e espaços existentes.

Reconhecer esse fenômeno compartilhado de produção de arquitetura pública voltada à justiça social implica enfrentar também os limites da cidadania no contexto latino-americano. Como argumenta Milton Santos (2012), a cidadania tal como hoje se realiza é incompleta, pois ocorre em um território que, em vez de garantir direitos, reproduz desigualdades. Mais do que acesso a serviços ou redistribuição de recursos, trata-se de reivindicar uma concepção ampliada de cidadania, que integre o território, o espaço vivido e o “quadro da vida” – conjunto de condições materiais e imateriais que sustentam a realização humana em um novo modelo cívico-territorial. Nesse limiar entre o institucional e o vivido, a monumentalidade adquire caráter processual e reabre, em chave lefebvriana, o horizonte do terceiro espaço – de apropriação, mediação e invenção coletiva –, onde a obra e a vida se confundem como possibilidades abertas do urbano.

---

17. Essa análise é mais amplamente desenvolvida em WILDEROM, M. Monumentalizing the Everyday. *Log Magazine*, n. 62, 2025.

18. Ver WILDEROM, M. Urban Landscapes Reclaimed: Architectural Reactions Reframing Infrastructure. *DeArq*, n. 33, maio 2022.

19. As ideias de *pacto provisório* e *reação arquitetônica* encontram ressonância nas publicações do escritório Plan:b Arquitectos, que, por meio de uma reflexão teórico-prática, concebem o projeto como negociação contínua com o contexto, destacando obras como *Arquitectura en espera* (2005), *Acuerdos parciales* (2006), *Arquitectura a la inversa* (2016) e *12 proyectos en 120 restricciones* (2019).

## Considerações finais

Ao percorrermos alguns projetos críticos da urbanização latino-americana, percebemos que eles buscaram, em distintos momentos, revelar as articulações entre os processos sociais destrutivos e suas determinações estruturais, oriundas da economia capitalista periférica e da modernização conservadora. Os sentidos emancipatórios possíveis emergem, ainda hoje, como resíduos de um sistema fechado. O aporte lefebvriano oferece uma inversão radical de perspectiva sem negar tais imperativos econômicos que incidem sobre a produção do espaço: recoloca o habitar e a dimensão simbólica como ponto de partida para a crítica do urbano e propõe também um método distinto – atento à práxis, ao corpo e às formas sensíveis da experiência espacial. É a esse método que este artigo pretendeu se reportar, considerando a tarefa inescapável de uma agenda científica comprometida com a transformação de um mundo atravessado por múltiplas crises – sociais, ambientais e civilizatórias.

Reivindica-se um ponto de partida situado (a América Latina), ancorado em um debate teórico pré-existente e em experiências concretas que corporificam o que ainda permanece latente – espaços que dão forma e espessura simbólica à pulsão social coletivizante, deslocando e reencenando os códigos e paradigmas espaciais historicamente instituídos. No limite, trata-se de disputar o próprio horizonte do urbano e do possível, em que o direito à cidade deve se reafirmar, desta vez, como processo efetivo de apropriação coletiva.

As práticas consideradas desafiam, no sentido de extrapolar a ordem (Lefebvre, 2014), os códigos e paradigmas espaciais – as convenções (Lefebvre, 2000). Não se trata apenas da solução da moradia em si – nível do *habitat* –, mas da mobilização em direção ao *habitar*; tampouco de um monumento que legitima as memórias e representações meramente institucionais, mas da criação de espaços de transbordamentos da vida cotidiana. Nesse sentido, em um e outro caso, o edifício ou equipamento se torna visivelmente poroso por sua materialidade convidativa para relações comuns, usos coletivos, encontros e atravessamentos. Ao fazê-lo, impede sua circunscrição à monofuncionalidade do estatuto exclusivamente privado ou institucional.

Por meio disso, sua imagem e as representações convencionalmente atribuídas a ele também sofrem um deslocamento. No “terceiro espaço”, encenam-se outras metáforas da vida cotidiana, que colocam em suspensão aquelas que articulam a propriedade à esfera privada e o urbano à ordem institucional. É para essa potência do espaço – dimensão latente, mas não plenamente ativa, nas formulações sobre a cidade latino-americana que problematizamos anteriormente – que essas experiências nos fazem olhar. A metamorfose em espacialidades possíveis cria

lugares privilegiados que encetam descontinuidades, tanto em relação ao pensamento hegemônico – fundado nos paradigmas dicotômicos ou operativos – quanto em relação às práticas e “texturas” espaciais existentes – e resistentes a mudanças –, de modo que

[u]ma *textura* do espaço não propicia então somente lugar a atos sociais sem lugar e sem laço com ela, mas a uma prática espacial determinada por ela: a um uso coletivo e individual. Portanto, a um encaadeamento de atos que não se reduzem a uma prática significativa, ainda que a envolvam. (Lefebvre, 2000, p. 70, tradução nossa, grifos do autor)

Em última análise, essas sinalizações para o terceiro espaço evidenciam aberturas e desvios, para os quais a arquitetura, em vez de mera “sublime inutilidade” (Tafuri, 1985) – perspectiva que leva à paralisia espacial e política (Jameson, 1985) –, mostra-se como potência capaz de proporcionar rupturas à lógica capitalista de gestão territorial. No lugar, como identifica Fredric Jameson, a obra de Lefebvre possibilita articular espaço e superestrutura, produção material e imaginação utópica, reabilitando o campo simbólico como terreno de disputa contra-hegemônica. A partir de uma perspectiva “neogramsciana”, Jameson propõe que o espaço – e, nesse sentido, a arquitetura é ativada como “modo de imaginação” (Stanek, 2014, p. xiii) – seja pensado como instância de elaboração cultural de futuros possíveis. Nesse contexto, o enclave – ou, como aqui discutido, a ocupação e o monumento – figura como *locus* estratégico em que novas formas de sociabilidade emergem e reconfiguram, ainda que parcialmente, o tecido da espacialidade dominante.

Essa colonização simbólica do espaço antecipa, mesmo que de maneira provisória, outras formas de vida. As ideias utópicas espaciais – concepções alternativas de cidade, habitação e cotidiano – passam a compartilhar o mesmo estatuto de objetividade que os edifícios materiais: ambos operam em um campo de forças que incide sobre o presente, ainda que não se concretizem de imediato como projeto político. Essas condições de possibilidade ganham contornos ainda mais relevantes quando situadas na América Latina, onde o desenvolvimento desigual da história mundial abre espaço para a emergência concreta de formas espaciais e políticas inviáveis nos centros hegemônicos. Como afirma Jameson (1985, p. 72, tradução nossa), “é precisamente a existência objetiva, em outro lugar, no Segundo e no Terceiro Mundo, de projetos e construções que não são possíveis no Primeiro, que abre a possibilidade de valores contra-hegemônicos”.

## Referências

- ARANTES, P. F. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos Cebrap*, n. 83, p. 103-27, mar. 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002009000100007&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000100007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 abr. 2021.
- BATAILLE, G. *A parte maldita*: precedida pela “noção de dispêndio”. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BENJAMIN, W. *Origem do drama trágico alemão*. São Paulo: Autêntica, 2011.
- BRENNER, N. Introduction: Urban Theory without an Outside. In: BRENNER, N. (Ed.). *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2013.
- BUTLER, C. *Henri Lefebvre: Spatial Politics, Everyday Life, and the Right to the City*. New York: Routledge, 2012.
- CALDERÓN, F.; CASTELLS, M. *A nova América Latina*. São Paulo: Zahar, 2021.
- CASTELLS, M. *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DAGNINO, E. Culture, Citizenship, and Democracy: Changing Discourses and Practices of the Latin American Left. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultures of Politics, Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*. Boulder: Westview Press, 1998. p. 33-63.
- DAMIANI, A. L. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a geografia. *Revista do Departamento de Geografia*, p. 254-83, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.2012.0112.0013>. Acesso em: 3 jan. 2026.
- D’OTTAVIANO, C. *Habitação, autogestão & cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2021.
- ELDEN, S. *Understanding Henri Lefebvre: Theory and the possible*. Nova Iorque; Londres: Continuum, 2004.
- FERRARI, E. C. *De terra, pedra e palavra*: ocupação-monumento. 2019. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- GOONEWARDENA, K. et al. (Eds.). *Space, Difference, Everyday Life: Reading Henri Lefebvre*. New York; Oxon: Routledge, 2008.
- GORELIK, A. A produção da “cidade latino-americana”. *Tempo Social*, v.17, n.1, p.111-33, jun.2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/PbtdgkddPYMwWS9CRkkTyZK/?lang=pt>. Acesso em: 1º maio 2021.
- HOLSTON, J. *Cidadania insurgente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- JAMESON, F. Architecture and the Critique of Ideology. In: OCKMAN, J. (Ed.). *Architecture Criticism Ideology*. Princeton: Princeton Architectural Press, 1985. p. 51-87.
- KACHANI, M. Por dentro da ocupação 9 de Julho. *O Estado de S. Paulo*, 11 set. 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/inconsciente-coletivo/por-dentro-da-ocupacao-9-de-julho/>. Acesso em: 3 jan. 2026.

- KIPFER, S. Preface to the New Edition. In: LEFEBVRE, H. *Dialectical Materialism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.
- KUYMULU, M. B. The Vortex of Rights: “Right to the City” at a Crossroads. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, n. 3, p. 923-40, maio 2013.
- LEFEBVRE, H. *O fim da história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Contra los tecnócratas*. Buenos Aires: Granica, 1972.
- \_\_\_\_\_. *El manifiesto diferencialista*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Tiempos equívocos*. Barcelona: Editorial Kairós, 1976.
- \_\_\_\_\_. *De lo rural a lo urbano*. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- \_\_\_\_\_. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- \_\_\_\_\_. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Rhythmanalysis: Space, Time and Everyday Life*. London: Continuum, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Toward an Architecture of Enjoyment*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.
- \_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2016 [2016a].
- \_\_\_\_\_. *Metaphilosophy*. London: Verso, 2016 [2016b].
- MARCUSE, P. Whose Right(s) to What City? In: BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. (Orgs.). *Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City*. London: Routledge, 2012.
- MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, p. 151-66, 2003. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/9928>. Acesso em: 26 maio 2025.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MEDRANO, L. S. et al. A presença de Henri Lefebvre no debate acadêmico contemporâneo da arquitetura. *PARC: Pesquisa em Arquitetura e Construção*, v. 8, n. 3, p. 170-80, set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/parc.v8i3.8650261>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- MOULD, O. Tactical Urbanism: The New Vernacular of the Creative City. *Geography Compass*, v. 8, p. 529-39, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/gec3.12146>. Acesso em: 3 jan. 2026.
- ONU-HABITAT. *World Cities Report 2024: Cities and Climate Action*. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2024.
- PALOMINO, P. On the Disadvantages of “Global South” for Latin American Studies. *Journal of World Philosophies*, v. 4, n. 2, p. 22-39, 2019. Disponível em: <https://scholarworks.iu.edu/iupjournals/index.php/jwp/article/view/3113>. Acesso em: 30 maio 2025.

- PREFEITURA DE SÃO PAULO. Reformado, residencial Prestes Maia é entregue pela Prefeitura e entra para a história como primeiro *retrofit* social. Prefeitura de São Paulo, 7 abr. 2025. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/w/reformado-residencial-prestes-maia-%C3%A9-entregue-pela-prefeitura-e-entra-para-a-hist%C3%B3ria-como-primeiro-retrofit-social>. Acesso em: 3 jan. 2026.
- PURCELL, M. Excavating Lefebvre: The Right to the City and its Urban Politics of the Inhabitant. *GeoJournal*, n. 58, p. 99-108, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/B:GEJO.0000010829.62237.8f>. Acesso em: 8 nov. 2021.
- ROBINSON, J. *Ordinary Cities: Between Modernity and Development*. London: Routledge, 2006.
- ROY, A. Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning. *Journal of the American Planning Association*, v. 71, n. 2, p. 147-58, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01944360508976689>. Acesso em: 3 jan. 2026.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos Cebrap*, v. 79, p. 71-94, nov. 2007.
- SANTOS, C. S. Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica. *Economía, Sociedad y Territorio*, v. xvii, n. 55, p. 619-46, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22136/est2017754>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- \_\_\_\_\_. Henri Lefebvre e a morfologia de uma dialética espacial. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, v. 23, n. 3, p. 525-50, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163150>. Acesso em: 2 dez. 2020.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2012.
- SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012 [2012a]. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/74284>. Acesso em: 31 maio 2025.
- \_\_\_\_\_. Henri Lefebvre, the Right to the City, and the New Metropolitan Mainstream. In: BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. (Orgs.). *Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City*. London: Routledge, 2012 [2012b].
- SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, R. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SEABRA, O. C. de L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. de S. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SHIELDS, R. *Lefebvre, Love and Struggle: Spatial Dialectics*. New York; London: Routledge, 1999.
- SINGER, P. Urbanización, dependencia y marginalidad en América Latina. In: CASTELLS, M. *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.
- SOJA, E. W. *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*. Cambridge, MA: Blackwell, 1996.

- SPATARO, D. Against a De-politicized DIY Urbanism: Food Not Bombs and the Struggle over Public Space. *Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability*, v. 9, n. 2, p. 185-201, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17549175.2015.1056208>. Acesso em: 3 jan. 2026.
- STANEK, L. *Henri Lefebvre on Space: Architecture, Urban Research, and the Production of Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- \_\_\_\_\_. Introduction: A Manuscript Found in Saragossa. In: *Toward an Architecture of Enjoyment*. Minneapolis: Minnesota University, 2014.
- STAVRIDES, S. Heterotopias and the Experience of Porous Urban Space. In: FRANCK, K.; STEVENS, Q. (Eds.). *Loose Space: Possibility and Diversity in Urban Life*. Oxon: Routledge, 2006.
- TAFURI, M. *Projeto e utopia*. Lisboa: Presença, 1985.
- TRINDADE, T. A. *Protesto e democracia: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade*. Jundiaí: Paco, 2017.
- \_\_\_\_\_. A relação entre protesto e deliberação: reflexões para o aprofundamento do debate. *Opinião pública*, v. 24, n. 1, p. 1-28, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-019120182411>. Acesso em: 28 maio 2025.

### **Carolina Akemi Morita Nakahara**

Professora doutora no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), na área de concentração Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP, 2008) e em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP, 2021). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU-USP (2011) e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design (FAU-USP, 2021), com a tese *Do habitat ao habitar poiético: participação, apropriação e utopia em Henri Lefebvre*. Membro dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC/IAU-USP) e Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea (PC3/FAU-USP). Atualmente, desenvolve pesquisas no campo do pensamento crítico urbano, com ênfase nos sentidos do habitar e suas relações com a *poiesis*; nas tensões entre participação e apropriação em Arquitetura e Urbanismo; e nas dialéticas entre práxis e *poiesis* na produção do espaço.

**Email:** cake.nakahara@usp.br

**ORCID:** 0000-0002-4297-6656

**Contribuição de autoria:** Conceituação; Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

### **Mariana Wilderom**

Docente permanente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo (PGAUR) na Universidade São Judas Tadeu. Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP, 2009), além de mestre (2014), doutora (2019) e pós-doutoranda (2021-2025) pela mesma instituição. Foi pesquisadora visitante na Delft University of Technology (TUDelft) em 2018 e 2023. Integra o grupo de pesquisa Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea (PC3/FAU-USP) desde 2015 e a Red Iberoamericana de Vivienda Social Sostenible (Rediviss) desde 2023. Atua em pesquisas sobre arquitetura e cidade contemporânea na América Latina; projeto urbano; história, teoria e crítica da arquitetura moderna e

contemporânea; e arquitetura educacional. É autora de capítulos dos livros *Architecture as Built Criticism* (Parkbooks, 2025), *Social Urbanism in Latin America* (Springer, 2019) e *Marcenaria Baraúna: móvel como arquitetura* (Olhares, 2017). Em 2025, foi nomeada membro do Comité International des Critiques d'Architecture (Cica). Foi diretora de ensino e coordenadora da plataforma de cursos do Instituto de Arquitetos de São Paulo (IABSP, 2020-2022).

**Email:** mari.wilderom@gmail.com

**ORCID:** 0000-0003-4456-1224

**Contribuição de autoria:** Conceituação; Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

### **Informações sobre o uso de Inteligência Artificial**

- a) Busca, sistematização e organização final de referências: ChatGPT.
- b) Organização de bancos de dados e respectiva elaboração de quadros, tabelas e gráficos: Não.
- c) Revisão final do texto para aprimoramento de gramática e ortografia, para atender a norma culta: ChatGPT.

### **Dados Abertos**

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

**Submissão:** 31 de maio de 2025.

**Aprovação:** 30 de outubro de 2025.

**Editores:** Maria do Livramento Miranda Clementino, Rodrigo José Firmino e Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros.

**Editores do Dossiê:** Jeroen Johannes Klink, Victor Ramiro e Guillermo Jajamovich.

**Como citar:** NAKAHARA, C. A. M.; WILDEROM, M. Henri Lefebvre e o terceiro espaço: por uma outra leitura crítica da urbanização latino-americana. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 28, E202612pt, 2026. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202612pt>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)